

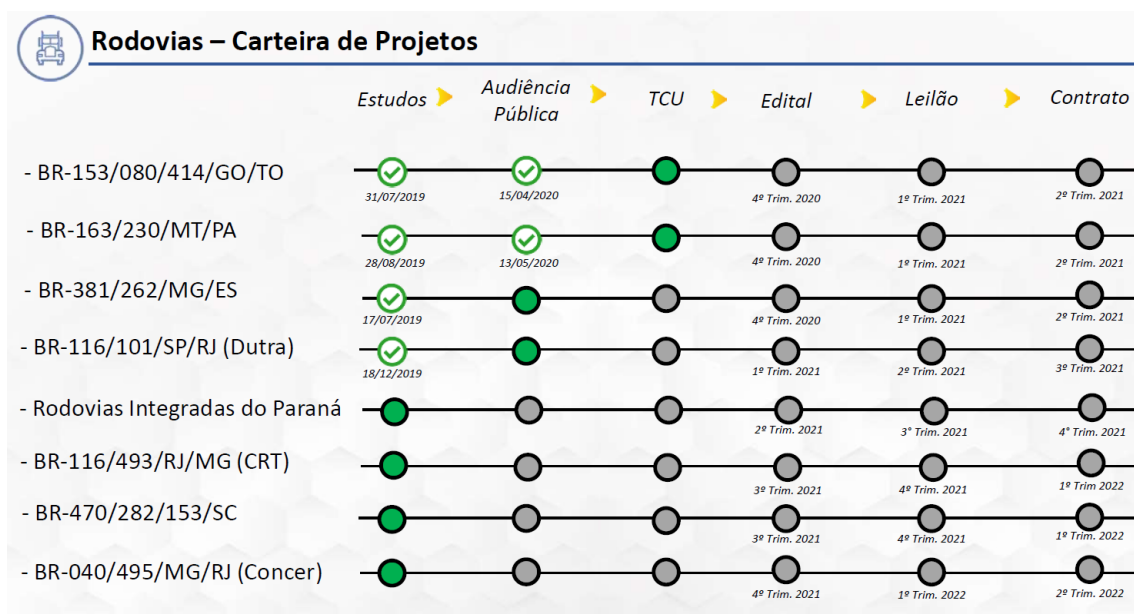
TERMO DE REFERÊNCIA

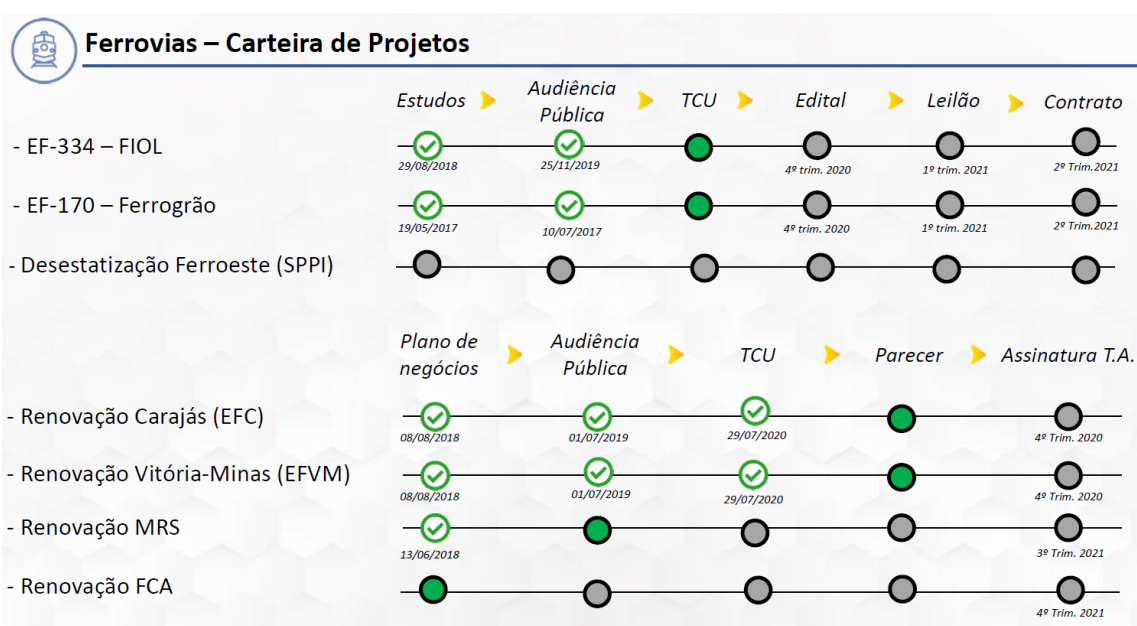
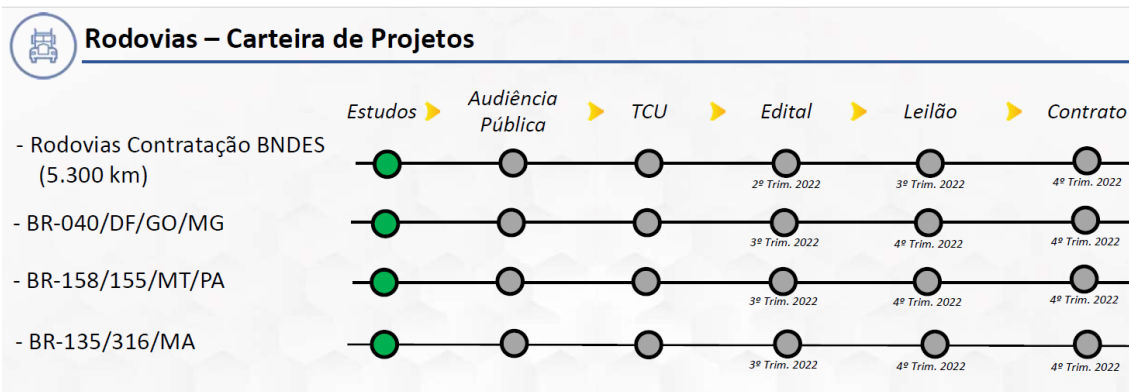
1. OBJETO

1.1. Contratação de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EM ENGENHARIA CONSULTIVA, GERENCIAMENTO E OPERAÇÃO DAS DEMANDAS DE NOVAS OUTORGAS E PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS DE RODOVIAS E FERROVIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÃO DA INFRAESTRUTURA - SUCON, DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES, nos termos da Resolução nº 5.888, de 12/05/2020, na sede da ANTT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento e seus anexos.

1.1.1. Projetos De Concessão E Prorrogações Antecipadas – 2021:

1.1.2. Durante o ano de 2021, a Carteira de Projetos de Rodovias e Ferrovias, conforme cronogramas criados pelo Ministério da Infraestrutura, é a seguinte:





1.1.3. A Sucon terá sob sua responsabilidade: a elaboração e revisão de estudos para realizar Audiência Pública; o envio de processos ao TCU, para fiscalização por controle externo; o lançamento ao público de editais das novas outorgas, com os respectivos leilões, até a assinatura do contrato de concessão ou, sem as fases de edital e leilão, a assinatura dos termos aditivos de prorrogações antecipadas.

1.1.4. É possível que surjam outros processos, a partir da decisão de política pública, apesar destes serem os projetos prioritários, no momento.

1.1.5. A CONTRATADA será paga a cada entrega de relatório, os quais serão demandados por Ordem de Serviço, assim que o projeto estiver devidamente instruído para cada fase.

1.1.6. Para tanto, há necessidade de contratação da entrega de produtos relativos a cada fase da estruturação de projetos na ANTT:

Grupo de produtos A - ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DOS PROJETOS DE CONCESSÃO E PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS

Produto	Descrição/Especificação	Quantidade de relatórios	Valor unitário	Valor total	Prazo previsto
1	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da BR-040/495/MG/RJ (Concer)	1	645,137.48	645,137.48	Março/2021
2	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações das Rodovias Contratação BNDES	1	645,137.48	645,137.48	Abril/2021
3	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da BR--040/DF/GO/MG	1	645,137.48	645,137.48	Maior/2021
4	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da BR-135/316/MA	1	645,137.48	645,137.48	Junho/2021
				2,580,549.92	

Grupo de produtos B - AJUSTES DE DOCUMENTOS APÓS AUDIÊNCIA PÚBLICA DOS PROJETOS DE CONCESSÃO E PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS

Produto	Descrição/Especificação	Quantidade de relatórios	Valor unitário	Valor total	Prazo previsto
5	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações das Rodovias Integradas do Paraná	1	241,156.91	241,156.91	Abril/2021
6	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da BR 116/493/RJ/MG (CRT)	1	241,156.91	241,156.91	Abril/2021

7	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da BR-470/282/153/SC	1	241,156.91	241,156.91	Setembro/2021
8	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da BR-040/495/MG/RJ (Concer)	1	241,156.91	241,156.91	Junho/2021
9	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da Rodovias Contratação BNDES (5.300 km)	1	241,156.91	241,156.91	Julho/2021
10	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da BR-040/DF/GO/MG	1	241,156.91	241,156.91	Novembro/2021
11	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da BR-158/155/MT/PA	1	241,156.91	241,156.91	Novembro/2021
12	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da BR-135/316/MA	1	241,156.91	241,156.91	Novembro/2021
13	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da Prorrogação Antecipada FCA	1	241,156.91	241,156.91	Mai/2021
14	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da Prorrogação Antecipada MRS	1	241,156.91	241,156.91	Março/2021
				2,411,569.11	

Grupo de produtos C - AJUSTES DE DOCUMENTOS DURANTE E APÓS ANÁLISE PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO DOS PROJETOS DE CONCESSÃO E PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS

Produto	Descrição/Especificação	Quantidade de relatórios	Valor unitário	Valor total	Prazo previsto
15	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da BR-381/262/MG/ES	1	280,939.82	280,939.82	Junho/2021
16	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da BR-116/101/SP/RJ (Dutra)	1	280,939.82	280,939.82	Julho/2021
17	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações das Rodovias Integradas do Paraná	1	280,939.82	280,939.82	Novembro/2021
18	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da BR-116/493/RJ/MG (CRT)	1	280,939.82	280,939.82	Novembro/2021
19	Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações da EF-170 (Ferrogrão)	1	280,939.82	280,939.82	Agosto/2021
				1,404,699.10	

Grupo de produtos D - ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA PARA GESTÃO DE PROJETOS DE CONCESSÃO E PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS

Produto	Descrição/Especificação	Quantidade de relatórios	Valor unitário	Valor total	Prazo previsto
20	Acompanhar e atualizar metas do Plano de Gestão Anual e Plano Estratégico	1 (+ 11 parciais por mês)	6,935.98	6,935.98	Dezembro/2021
21	Elaboração/atualização de cronograma do projeto da BR-381/262/MG/ES	1	6,935.98	6,935.98	Março/2021
22	Elaboração/atualização de cronograma do projeto da BR-116/101/SP/RJ (Dutra)	1	6,935.98	6,935.98	Março/2021
23	Elaboração/atualização de cronograma do projeto das Rodovias Integradas do Paraná	1	6,935.98	6,935.98	Março/2021
24	Elaboração/atualização de cronograma do projeto da BR-116/493/RJ/MG (CRT)	1	6,935.98	6,935.98	Março/2021

25	Elaboração/atualização de cronograma do projeto da EF-334 (FIOL)	1	6,935.98	6,935.98	Março/2021
26	Elaboração/atualização de cronograma do projeto da EF-170 (Ferrogrão)	1	6,935.98	6,935.98	Março/2021
27	Elaboração/atualização de cronograma do projeto da BR-470/282/153/SC	1	6,935.98	6,935.98	Março/2021
28	Elaboração/atualização de cronograma do projeto da BR-040/495/MG/RJ (Concer)	1	6,935.98	6,935.98	Março/2021
29	Elaboração/atualização de cronograma do projeto das Rodovias Contratação BNDES (5.300 km)	1	6,935.98	6,935.98	Março/2021
30	Elaboração/atualização de cronograma do projeto da BR-040/DF/GO/MG	1	6,935.98	6,935.98	Março/2021
31	Elaboração/atualização de cronograma do projeto da BR-158/155/MT/PA	1	6,935.98	6,935.98	Março/2021
32	Elaboração/atualização de cronograma do projeto da BR-135/316/MA	1	6,935.98	6,935.98	Março/2021
33	Elaboração/atualização de cronograma do projeto da Prorrogação Antecipada FCA	1	6,935.98	6,935.98	Março/2021
34	Elaboração/atualização de cronograma do projeto da Prorrogação Antecipada MRS	1	6,935.98	6,935.98	Março/2021
				104,039.72	

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, uma vez que o regime é útil, pois comporta a modulação na execução e reduzirá as dificuldades em caso de variações e quantitativos ao longo da contratação.

1.4.1. Não serão aceitos valores unitários por itens maiores que os valores de referência da administração.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 18 (dezoito) meses, prorrogável nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993, não se tratando de contratação continuada.

1.6. A referida prestação de serviços deverá observar as disposições contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, bem como, tanto quanto cabível, a Resolução da ANTT nº 442, de 17 de fevereiro de 2004 e todas as Normas Técnicas vigentes, em especial àquelas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, por se serem setoriais e apresenta melhor a variação de custos para o caso, e as expedidas pela ANTT, que forem pertinentes à realização do objeto desta contratação.

1.7. A Contratação se dará por LOTE ÚNICO para que se possa preservar a integridade qualitativa, quantitativa e econômica do objeto.

1.7.1. O objeto foi delimitado em lote único uma vez que, conforme demonstrado nos Estudos Preliminares de Contratação (Constante do Anexo I do presente documento), em seu capítulo 9, “o parcelamento do objeto implicaria em severo prejuízo técnico, administrativo e gerencial do objeto, justificando-se a opção de não parcelamento do objeto, ou seja, da contratação em lote único.”

1.8. Os quantitativos foram definidos com base no histórico das ações realizadas no âmbito da SUFER nos últimos anos, bem como com base em dados da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária – SUROD, considerando não somente os contratos vigentes, mas também a necessidade de profissionais para novas outorgas e prorrogações antecipadas em ferrovias e em rodovias, assim como a avaliação das melhores técnicas utilizadas para o desenvolvimento de serviços semelhantes nos demais órgãos. Ressalta-se que a SUCON foi recém criada, pela Resolução nº 5.888, de 12/05/2020, razão pela qual o histórico de ações baseia-se na SUFER e na SUROD, áreas que detinham as atribuições atualmente alocadas à SUCON. Além disso, também foram consideradas as expectativas de demandas que advirão relativas à expansão do programa de concessões estabelecido pelo Ministério da Infraestrutura, sopesando com os limites orçamentários apresentados.

2. JUSTIFICATIVA, OBJETIVO E ABRANGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A SUCON/ANTT tem por atribuição a estruturação de projetos de concessão de infraestrutura rodoviária e ferroviária, desde a fase de estudos até o leilão. Nesse sentido, foram qualificados e priorizados pelo Programa de Parcerias e Investimentos – PPI do Governo Federal, os projetos de novas outorgas para 2 (duas) novas concessões/subconcessões ferroviárias, prorrogações antecipadas de 5 (cinco) outras ferrovias, bem como futura relicitação de mais 1 (uma). Estes projetos compreendem cerca de 12 mil km de ferrovia e somam mais de R\$ 64 bilhões de investimentos. Além disso, no âmbito de rodovias, o PPI qualificou e priorizou os projetos de 13 rodovias para novas outorgas e relicitação de 2 (duas) rodovias. Esses projetos têm um valor de investimento previsto em torno de R\$ 144 bilhões e compreendem cerca de 21 mil km de rodovia.

2.2. A Portaria SUCON nº 2, de 15/06/2020, estabelece as três gerências temáticas da área e uma coordenação de assessoramento e apoio à Superintendência: Gerência de Projetos de Engenharia e Ambiental (Gepen), Gerência de Modelagem Econômico-Financeira (Gemef), Gerência de Estruturação Regulatória (Gereg), Coordenação de Apoio da Sucon (Apsucon).

2.3. De acordo com a Resolução nº 5.888 de 12 de maio de 2020, a qual aprova o Regimento Interno da ANTT, à SUCON, compete:

- I. atuar na estruturação de outorgas para a exploração da infraestrutura rodoviária e ferroviária, propondo à Diretoria Colegiada as minutas de editais e contratos;
- II. desenvolver ou acompanhar estudos de viabilidade técnica e econômica de novas outorgas para a exploração da infraestrutura rodoviária e ferroviária;
- III. propor a realização e acompanhar as Audiências Públicas necessárias à estruturação das outorgas para a exploração da infraestrutura rodoviária e ferroviária;
- IV. propor os membros e participar das comissões de outorga, prestando apoio técnico;
- V. propor à Diretoria Colegiada o aprimoramento dos contratos de concessão em vigência, com base nos estudos para novas concessões;

- VI. realizar o acompanhamento dos processos relativos aos novos projetos de concessão, inclusive durante a realização dos processos de participação e controle social;
- VII. conduzir os processos de prorrogação antecipada dos contratos de parceria, nos termos da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017;
- VIII. articular internamente, bem como junto aos órgãos responsáveis pela formulação de políticas públicas e aos órgãos de controle, a estruturação de novas outorgas da infraestrutura rodoviária e ferroviária;
- IX. acompanhar, monitorar e analisar as atividades referentes às questões socioambientais de novas outorgas;
- X. cooperar com entidades do setor de transporte na elaboração de estudos específicos de viabilidade técnica e econômica, visando à melhoria da modelagem e à proposição de novas outorgas da infraestrutura rodoviária e ferroviária; e
- XI. subsidiar e promover a regulação econômica aplicada a projetos de outorgas para a exploração da infraestrutura e a prestação de serviços de transportes terrestres.

2.4. Para que a SUCON e suas gerências e/ou coordenações, possam cumprir adequada e tempestivamente suas competências faz-se mister a contratação de mão de obra para prestar apoio técnico às atividades previstas no presente Termo de Referência.

2.5. Assim, propõe-se a contratação de empresa técnica especializada com vistas a apoiar a realização das atividades inerentes às atribuições institucionais da SUCON, devendo tais serviços serem prestados por meio da apresentação de produtos com escopo definido.

2.6. Na SUCON, os serviços darão apoio às atividades relativas a novas outorgas e prorrogações antecipadas de ferrovias e rodovias:

2.6.1. Na análise técnica e elaboração dos estudos de demanda de transporte ferroviário e rodoviário com as projeções de volume de tráfego e de passageiros previstos para o período das concessões;

- 2.6.2. Na análise técnica e elaboração dos estudos operacionais com identificação da capacidade e da necessária prestação de serviços para as concessões ferrovias e rodovias;
 - 2.6.3. Na análise técnica e elaboração dos estudos de engenharia, com estimativa dos investimentos necessários às concessões de ferrovias e rodovias;
 - 2.6.4. Na análise técnica e elaboração dos estudos ambientais e de avaliação socioeconômica acerca de impactos - seus mitigantes e suas compensações - das concessões de ferrovias e rodovias;
 - 2.6.5. Na análise técnica e elaboração do Plano de Outorga das novas concessões de ferrovias e rodovias;
 - 2.6.6. Na análise técnica e elaboração da Modelagem Econômico-Financeira de concessões de ferrovias e rodovias;
 - 2.6.7. Na elaboração e revisão de documentos jurídicos de concessões de ferrovias e rodovias, incluindo-se a adequação ao longo das fases dos projetos;
 - 2.6.8. Na elaboração de estudos e pesquisas em geral para subsidiar concessões de ferrovias e rodovias;
 - 2.6.9. No acompanhamento e organização de cronogramas de projetos de concessões de ferrovias e rodovias.
- 2.7. Os serviços a serem contratados incidirão sobre os projetos nos quais esteja sob análise a concessão de nova outorga ou prorrogação antecipada de rodovia e ferrovia, em data posterior ao início do presente contrato.
- 2.8. Os serviços descritos neste Termo de Referência e que constituirão objeto de futura contratação deverão, para todos os efeitos, ser prestados em conformidade com as disposições expressas no edital e seus anexos, o qual regerá a respectiva licitação pública.
- 2.9. A justificativa e objetivo da contratação também estão detalhados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução proposta está descrita nos Estudos Preliminares (constante do Anexo I deste TR), e consiste na execução de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas referentes às novas outorgas e prorrogações antecipadas em ferrovias e em rodovias, no âmbito da Superintendência de Concessão da Infraestrutura (Sucon)..

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia consultiva, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. Os serviços objeto desta contratação tratam de serviços assessoriais, consistindo em atividades auxiliares aos servidores lotados na SUCON, em atendimento ao § 1º do art. 3º do decreto supramencionado.
- 4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. Contratação da prestação de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas referentes às novas outorgas e prorrogações antecipadas em ferrovias e em rodovias, no âmbito da SUCON.

- 5.1.2. Os requisitos necessários para o atendimento da contratação estão descritos neste Termo de Referência.
- 5.1.3. Nos termos do artigo 57, caput, da Lei 8666/93, trata-se de serviço não continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra;
- 5.1.4. As práticas de sustentabilidade ambiental estão descritas neste Termo de Referência.
- 5.1.5. A duração do contrato ocorrerá por 18 (dezoito) meses.
- 5.1.6. Poderá haver necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas conforme descrito neste Termo de Referência.
- 5.1.7. O Regime de Execução é Empreitada por Preço Unitário.
- 5.1.8. Exige-se declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.1.9. As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estão previstas neste TR.

6. VISTORIA

- 6.1. Face à especificidade do objeto, não haverá necessidade de vistoria. Caso a licitante tenha interesse em realizá-la, deverá solicitar o seu agendamento, por meio do telefone 3410-1741 ou via correio eletrônico a ser enviado ao endereço eletrônico sucon@antt.gov.br.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. Os serviços serão remunerados, exclusivamente pelos produtos entregues, na forma de relatórios, sendo este o instrumento final de aferição para pagamento, entretanto esses relatórios correspondem a uma série de atividades que deverão ser realizadas pela licitante vencedora de forma a atender as exigências deste documento.

7.2. A licitante vencedora deverá, por intermédio do Coordenador, conforme cronograma da CONTRATANTE, elaborar os Relatórios conforme estabelecido neste Termo de Referência.

7.3. As atividades detalhadas neste Termo de Referência expressam os serviços acessórios e complementares de apoio técnico, prestados à ANTT, conforme já descrito neste Termo de Referência, os quais deverão sempre buscar as melhores práticas, inclusive em âmbito internacional, de forma a promover a constante evolução da qualidade dos serviços executados.

7.4. Dessa maneira, a CONTRATADA receberá a distribuição dos trabalhos que deverá executar, ao longo do período, devendo executá-los seguindo os normativos técnicos e legais em vigência, materializando suas atividades por meio de relatórios que serão entregues para avaliação de medição de desempenho, qualidade e pagamento da prestação dos serviços.

7.5. Os relatórios deverão conter registro de todos os trabalhos executados no período, contemplando informações que permitam à fiscalização a avaliação analítica da produtividade planejado/demandado pela SUCON e suas gerências e/ou coordenações.

7.5.1. Em cada relatório, em capítulo próprio, deverá ser informado o número de demandas registradas no período, considerando: a entrada, situação da análise e finalização, sendo esta etapa vinculada ao aceite pelo servidor que acompanhou o resultado de cada um dos estudos demandados.

7.5.2. Para as demandas não concluídas no período, deve ser informada a etapa em que se encontra e o percentual remanescente, considerando o tempo imputado para a mesma e o tempo gasto, até o momento da finalização do relatório.

7.5.3. Os relatórios, bem como as demais atividades desempenhadas pela equipe mobilizada, constituem o registro das atividades desenvolvidas.

7.5.4. As atividades se darão em atendimento às demandas da Sucon e suas gerências e/ou coordenações, e serão distribuídas

conforme definido pela fiscalização, com indicação de grau de complexidade e prazos para atendimentos, quando cabível.

7.6. Todos os documentos produzidos na realização dos serviços contratados e todas as correspondências relativas aos serviços deverão ser entregues oficialmente à ANTT, em conformidade com os prazos estipulados neste TR.

7.7. Todos os documentos produzidos no âmbito do contrato, bem como correspondências serão entregues, obrigatoriamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI pela CONTRATADA ao Fiscal do Contrato a ser designado pela ANTT.

7.8. Para o atendimento dos requisitos relacionados ao SEI, tão logo assine o contrato, a CONTRATADA deverá providenciar o seu credenciamento e acesso ao SEI/ANTT.

7.9. Para que haja a maior competitividade na presente contratação, SERÁ PERMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO (nos termos do art. 33 da Lei 8.666/93). No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, a qual será considerada pelo CONTRATANTE a responsável pela execução dos serviços contratados.

7.9.1. A empresa estrangeira deverá atender as Resoluções nº 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA e a Resolução 1.050, de 13/12/2013, que revoga o § 2º do art. 28 e o art. 79 da Resolução nº 1.025 – CONFEA.

7.9.2. Não será permitida a participação de empresa estrangeira que não possua o Decreto de Autorização para funcionamento no Brasil e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.10. Na presente contratação não se aplicará a “Exclusividade/Benefício ME/EPP (Art. 48, Lei Complementar nº 123/2006)”, uma vez que o valor estimado é superior ao limite anual de faturamento para sociedades com tais regimes, além do que, face à natureza dos serviços, iminentemente intelectuais,

não convém obrigar aos licitantes a subcontratação de Microempresas ou de Empresas de Pequeno Porte no montante de até 30% do total licitado, bem como estabelecer cota de até 25% do objeto para contratação das mesmas.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.

Diretrizes Gerais

8.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência contemplam o apoio ao desenvolvimento das atividades de competência legal da SUCON/ANTT, devendo observar no mínimo:

8.1.1. A verificação quanto ao atendimento às normas e padrões técnicos correspondentes, identificando inclusive as que não forem eventualmente atendidas.

8.1.2. A verificação quanto ao atendimento às diretrizes e definições estabelecidas na regulamentação da ANTT.

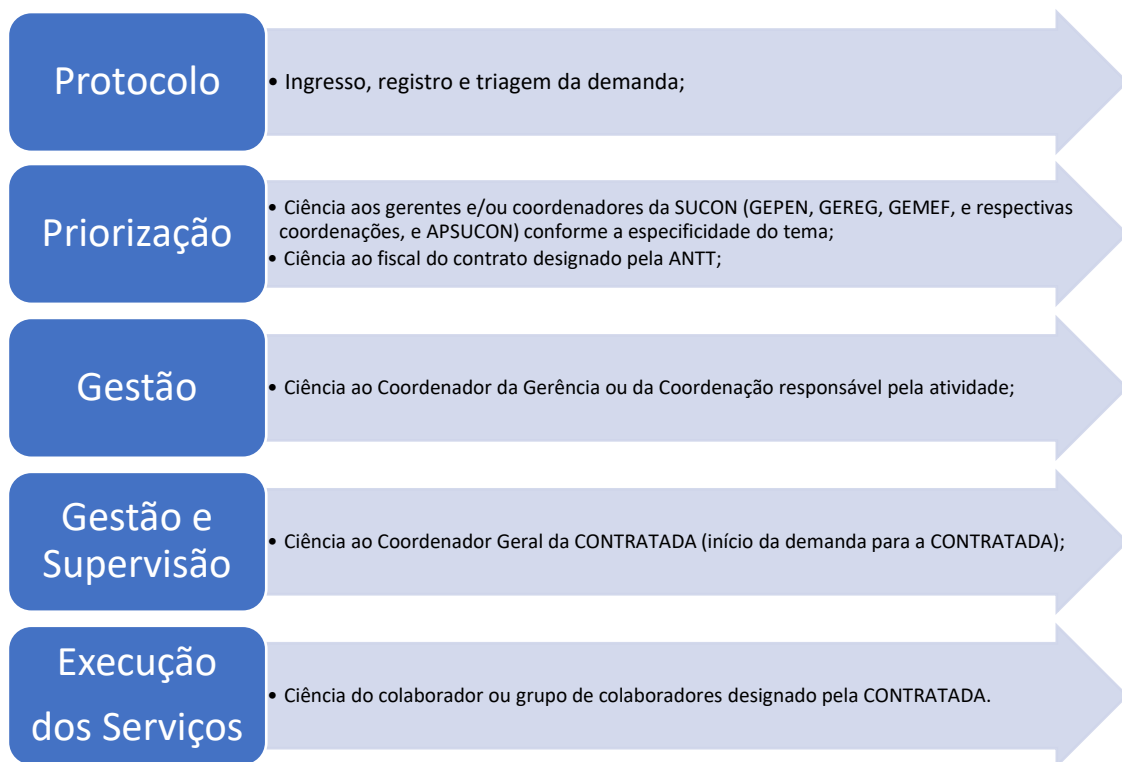
8.1.3. As atividades propostas se referem às atividades técnicas de estudos e regulação de novas outorgas e prorrogações antecipadas de ferrovias e rodovias na SUCON. A natureza dessas atividades apresenta um entrelaçamento característico entre os conceitos técnicos da ciência da engenharia ferroviária e rodoviária e os princípios jurídicos e econômico-financeiros relacionados aos contratos de concessão.

8.1.4. Em linhas gerais, as atividades realizadas pelas gerências e/ou coordenações da SUCON, decorrem de tarefas necessárias para estudos para novas outorgas e prorrogações antecipadas de rodovias e ferrovias por meio da aplicação dos normativos vigentes na área ferroviária e rodoviária da ANTT. Ambos estão lastreados em conceitos técnicos inerentes à engenharia ferroviária e rodoviária e apoiados subsidiariamente aos princípios relacionados aos regramentos jurídicos de contratos administrativos na figura de uma concessão bem como à necessária relação econômico-financeira inerente a estes contratos.

8.1.5. Nessa esteira, considerando que as atividades apresentam maior predominância e proximidade dos conceitos e definições relacionadas à Engenharia Ferroviária e Rodoviária, apoiados subsidiariamente aos princípios jurídicos e econômico-financeiros relacionados aos regramentos de contratos administrativos, entendemos que todas as atividades propostas devam ser classificadas na esfera de engenharia consultiva.

Diretrizes a serem seguidas no desenvolvimento das atividades contratadas:

- 8.2. As análises deverão ser realizadas segundo as diretrizes e procedimentos definidos pelos normativos da SUFER/ANTT, bem como normativos da SUROD/ANTT e eventuais normativos a serem criados da SUCON/ANTT, que impactem nas atividades decorrentes do objeto do presente Termo de Referência, ou outros que vierem sucedê-los e resoluções da ANTT.
- 8.3. Deverá ser emitido relatório para cada atividade executada (ou conjunto de atividades) nos termos de modelo especificado pela ANTT, considerando a especificidade da demanda.
- 8.4. O referido modelo de relatório será apresentado junto à Ordem de Serviços.
- 8.5. A CONTRATADA deverá entregar os produtos relacionados nos prazos descritos neste Termo de Referência de forma que as atividades a serem produzidas contenham todos os elementos e análises aqui descritos e especialmente de forma a atender ao estabelecido pela ANTT relativamente aos cronogramas planejados/demandados.
- 8.6. Os relatórios apresentarão o desenvolvimento de serviços que compõem as demandas por apoio técnico, materializando de forma consolidada as atividades desenvolvidas no período, de modo que não haja perdas ou atrasos que impactem negativamente a gestão dos contratos de concessão. Assim, a CONTRATADA deve zelar constantemente pela eficiência dos processos e pela produtividade.
- 8.7. O fluxo de trabalho esperado é o seguinte:



8.8. Como condição para a emissão da Ordem de Serviços inicial do Contrato, que também será a Ordem de Serviços para a mobilização da equipe técnica relacionada neste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá apresentar, pelo menos, o requerimento da Anotação de Responsabilidade Técnica emitida pelo CREA. Depois, quando da apresentação dos relatórios relativos à primeira medição, deverá apresentar o ART devidamente registrado.

8.9. Caso haja necessidade de substituição dos profissionais objeto da habilitação técnica, deverá ser observado o disposto no artigo 30, § 10º da Lei 8.666/93.

Descrição das atividades:

8.10. Foi realizado um levantamento em todas as gerências e/ou coordenações da SUCON para mapear as atividades que carecem de apoio técnico especializado. Todas as atividades foram descritas e detalhadas de modo a apresentarem sua motivação, tarefas correlatas e a quantidade e especificação (especialidade e experiência) da mão de obra necessária à prestação do apoio técnico almejado. Este detalhamento de cada uma das atividades é apresentado a seguir.

8.11. A estimativa da especialidade e quantidade da mão de obra de apoio necessária à adequada realização de cada uma das atividades apresentadas foi realizada com base na experiência de cada área técnica responsável pela execução das atividades. Desse modo, para determinação da especialidade e nível de experiência exigidos, considerou-se,

8.11.1. O nível de complexidade das tarefas que compõe cada atividade;

8.11.2. O nível de responsabilidade exigido para cada atividade; e

8.11.3. O quadro de colaboradores existente e histórico de realização de cada atividade para determinar qual o melhor perfil para aquela execução.

8.12. A seguir apresentam-se as atividades previstas para a presente contratação. Ressalta-se que as adequações de estudos e documentos não necessariamente devem englobar todas as descrições abaixo, mas deverá sempre justificar a apresentação ou não de cada informação.

Produtos	PRODUTOS referentes aos estudos dos projetos: <i>Adequação de estudos e documentos de viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, com justificativas das alterações</i>
Descrição i	Adequação dos estudos de engenharia, com estimativa dos investimentos necessários à concessão.
Motivação	Necessidade de definição e mensuração dos investimentos necessários da operação e atendimento da demanda projetada, com base em estudos, premissas, projetos e respectivos orçamentos.
Tarefas	No mínimo, as seguintes tarefas: Apoio na análise e definição das premissas adotadas nos estudos; Apoio na análise/elaboração dos projetos em seus diferentes níveis de detalhamento (conceitual, básico, executivo); Apoio na análise/elaboração de projetos e orçamentos dos investimentos necessários; Apoio na elaboração de planilhas, memoriais de cálculo e relatórios técnicos acerca da análise e elaboração dos produtos.
Mão de Obra necessária	Engenharia Civil - Orçamentista (Pleno): 01 Engenharia Civil - Projetista (Pleno): 02 Engenharia Civil - Orçamentista (Júnior): 01 Engenharia Civil - Projetista (Júnior): 04
Insumos	Computador para cada pessoa Uma licença geral para software HDM-4 - Highway Development and Management Tool - gestão de pavimentos rodoviários
Descrição ii	Adequação dos estudos de demanda com as projeções de volume de transporte de cargas e de passageiros previstos para o período da concessão.

Motivação	Necessidade de previsão do volume de transporte de carga e de passageiros no período do contrato de concessão, input necessário para a estimativa de receitas, despesas e investimentos que comporão a concessão.
Tarefas	No mínimo, as seguintes tarefas: Apoio na realização de cálculos econométricos; Apoio na análise e definição das premissas adotadas nos estudos; Apoio na análise da metodologia de previsão de demanda; Apoio na análise e sensibilidade dos resultados obtidos; Apoio na elaboração de planilhas, memoriais de cálculo e relatórios técnicos acerca da análise e elaboração dos produtos; Apoio na elaboração de simulação de demanda utilizando softwares especializados.
Mão de Obra necessária	Economia (Sênior): 01 Economia (Júnior): 01
Insumos	Computador para cada pessoa
Descrição iii	Adequação dos estudos operacionais com identificação da capacidade da concessão.
Motivação	Necessidade de análise da operação, verificação da capacidade atual e futura, de modo a identificar a necessidade de novos investimentos, em concessões de rodovias e ferrovias, bem como a estimativa do material rodante necessário ao atendimento da demanda prevista em ferrovias.
Tarefas	No mínimo, as seguintes tarefas: Apoio na análise e definição das premissas adotadas nos estudos; Apoio no cadastro da malha e premissas em software específico e simulação operacional; Cálculo da capacidade atual da malha e necessária para atendimento da demanda; Apoio na definição dos investimentos necessários para atendimento da capacidade e especificações técnicas operacionais; Apoio na análise e sensibilidade dos resultados obtidos; Apoio na elaboração de planilhas, memoriais de cálculo e relatórios técnicos acerca da análise e elaboração dos produtos.
Mão de Obra necessária	Engenharia Civil - Projetista (Júnior): 02
Insumos	Computador para cada pessoa Uma licença geral para software RTC - Rail Traffic Controller - simulações ferroviárias

Descrição iv	Adequação de estudos ambientais e avaliação socioeconômica, bem como assessoramento no fornecimento de informações demandas interna e externamente acerca de questões ambientais e socioeconômicas, das novas outorgas e prorrogações antecipadas de ferrovias e rodovias.
Motivação	Necessidade de definição e análise de impactos ambientais, sociais e econômicos das concessões ferroviárias e rodoviárias, bem como para dar transparência à sociedade das informações levantadas acerca desses impactos.
Tarefas	No mínimo, as seguintes tarefas: Apoio na análise e definição das premissas adotadas nos estudos; Apoio na análise/elaboração de documentos sobre impactos ambientais e socioeconômicos dos projetos; Apoio no registro de entrada e saída de documentos, na análise de minutas, bem como no acompanhamento de prazos estipulados para a resposta dos mesmos;
Mão de Obra necessária	Engenheiro Ambiental (Júnior): 01
Insumos	Computador para cada pessoa

Descrição v	Adequação para a elaboração de estudos e pesquisas econômico-financeiras para subsidiar os processos de prorrogação contratual e novas outorgas.
Motivação	Necessidade de apoio técnico para a elaboração de estudos e pesquisas relacionados à modelagem econômico-financeira nos processos de prorrogação contratual e novas outorgas.
Tarefas	No mínimo, as seguintes tarefas: Apoio na elaboração de estudos e revisões bibliográficas considerando as melhores práticas nacionais e internacionais; Apoio elaboração da modelagem econômico-financeira, incluindo-se realização de cálculos e atualização em planilhas da modelagem; Apoio na elaboração de apresentações sobre a modelagem econômico-financeira.
Mão de obra necessária	Economia (Sênior): 01 Contador (Júnior): 01
Insumos	Computador para cada pessoa e software @risk

Descrição vi	Adequação de documentos, estudos e pesquisas jurídico-regulatório para subsidiar os processos de prorrogação contratual e novas outorgas
Motivação	Necessidade de apoio técnico para a elaboração de estudos e pesquisas relacionados aos processos de prorrogação contratual e novas outorgas.
Tarefas	No mínimo, as seguintes tarefas: Elaboração de estudos e revisões bibliográficas considerando as melhores práticas nacionais e internacionais relativos à regulação em contratos de concessão; Avaliação de possíveis impactos das propostas de termos aditivos em prorrogações contratuais e novas outorgas; Análise de contribuições de Audiência Pública
Mão de obra necessária	Para a realização da referida atividade se faz necessária a utilização de mão de obra de profissionais com a seguinte formação: Direito (Pleno): 01 Direito (Júnior): 01 Economia (Júnior) 01
Insumos	Computador para cada pessoa

Descrição vii	Análise e elaboração de justificativas técnicas e revisão de respostas a cada alteração de estudos ou documentos do projeto
Motivação	Necessidade de verificação e acompanhamentos das razões e aspectos técnicos dos ajustes feitos ao longo dos processos.
Tarefas	No mínimo, as seguintes tarefas: Análise e dos elementos do(s) processo(s); Revisão técnica das alterações dos projetos e seus respectivos estudos técnicos e documentos jurídicos; e Elaboração de documentos com justificativas técnicas, detalhando alterações e suas razões.
Mão de obra necessária	Engenharia Civil (Júnior): 01 Direito (Júnior): 01 Profissional de nível superior (Pleno): 01
Insumos	Computador para cada pessoa

Produtos	PRODUTO: Elaboração e acompanhamento de cronograma dos projetos da carteira, bem como das metas do PGA e Plano Estratégico
Descrição	Criação e atualização de cronogramas de projetos de novas outorgas e prorrogações antecipadas, de Planejamento Estratégico e Plano de Gestão Anual, relativos à Superintendência.
Motivação	Necessidade de apoio na gestão e acompanhamento de cronograma dos projetos de novas outorgas e prorrogações antecipadas de rodovias e ferrovias, bem como no acompanhamento e gerenciamento de projetos e metas nos sistemas internos da ANTT de Planejamento Estratégico e Plano de Gestão Anual.
Tarefas	No mínimo as seguintes tarefas: Elaboração de cronogramas de projetos; Acompanhamento de prazos de metas de projetos e reporte do status dos prazos à Superintendência; Elaboração de apresentação sobre cronogramas e status de projetos; Acompanhamento e controle de cronograma de metas e projetos de Planejamento Estratégico e Plano de Gestão Anual, incluindo-se a inserção de dados nos sistemas de acompanhamento;
Mão de Obra Necessária	Profissional de nível superior (Pleno): 01
Insumos	Computador para cada pessoa

IV - Formato dos relatórios:

8.13. Os Relatórios deverão observar a norma culta da língua portuguesa e conter em sua estrutura básica, no mínimo, os tópicos a seguir:

- Capa e Contracapa;
- Índice;
- Caracterização do Apoio Técnico, contemplando a relação de profissionais alocados, por formação e nível de experiência, conforme definido no quadro da equipe técnica mobilizada;
- Documentos Administrativos;
- Cronograma Físico-Financeiro (Previsto x Realizado);
- Comentários e Justificativas adicionais.

8.14. Além do conteúdo supra descrito, deverão ser anexados um quadro resumo da identificação do Processo, descrição da atividade, projeto, tipo de análise, datas de início e conclusão, tempo de execução e informações adicionais, quando cabível.

Coordenação dos serviços

- 8.15. A coordenação geral da prestação dos serviços será exercida pelo Coordenador Geral, cuja atribuição será garantir a execução do contrato em conformidade com os aspectos legais e com todas as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato firmado, respondendo ante à ANTT pela boa execução do contrato a ser pactuado.
- 8.16. Compete ao Coordenador Geral elaborar os Relatórios e apresentá-los à ANTT para a avaliação da fiscalização a fim de possibilitar o aceite dos trabalhos pela Agência.
- 8.17. O Coordenador Geral deverá ser o responsável pela realização de tratativas com os representantes da Administração.
- 8.18. O Coordenador Geral acumulará as posições de Coordenação Geral e de Preposição da Contratada ante à ANTT.
- 8.19. A gestão junto às atividades técnicas especializadas (descritas nas tabelas acima), nas diversas categorias de serviços, será realizada pelo Coordenador Geral junto às Gerências e/ou Coordenações da SUCON em que serão realizadas cada uma das atividades. Suas atribuições consistirão em controlar a qualidade das atividades desenvolvidas, orientar sua execução, revisar e corroborar com todos os relatórios técnicos, atuando assim no âmbito estritamente técnico das categorias de serviços, perante a equipe alocada.
- 8.20. A equipe técnica responderá hierarquicamente ao Coordenador Geral, que será demandado pelas Gerências e/ou Coordenações da SUCON, competentes para elaboração das tarefas previstas em cada uma das atividades.

Equipe técnica mobilizada

- 8.21. A composição da equipe mobilizada foi estimada com base em dados históricos de demandas, em função das práticas atuais dos processos e dos fluxos de informações em operação na ANTT.

8.22. Entretanto, é de responsabilidade da CONTRATADA, para atender as demandas expressas para cada uma das atividades, buscar profissionais com as qualificações exigidas, de forma a dar pleno atendimento aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

8.23. A emissão da ordem de serviço para início da prestação dos serviços contratados seguirá o cronograma físico-financeiro.

8.23.1. Uma vez iniciada a prestação de serviços, em até 05 (cinco) dias, a CONTRATADA deverá estar com a equipe integralmente mobilizada.

8.24. Tratando-se de equipe mobilizada sem dedicação exclusiva, o horário e local de trabalho serão geridos e de responsabilidade integral da CONTRATADA, à qual caberá a fiscalização e a avaliação da conveniência de distribuição do trabalho para entrega dos produtos.

8.25. Vale observar que durante todo o tempo de vigência do contrato, deverão ser mantidas inalteradas as funções objeto de habilitação no processo licitatório.

8.26. A CONTRATADA deverá ter, ao longo de toda a vigência contratual, condições plenas de alocar pessoal qualificado, para a prestação dos serviços, em conformidade com as exigências constantes deste Termo de Referência, sempre em tempo hábil e em todos os níveis exigidos.

8.27. Neste sentido, caberá o cumprimento de, no mínimo, os seguintes quesitos referentes à qualificação dos profissionais da equipe técnica mobilizada, durante toda a vigência do contrato:

8.27.1. Para as atividades relacionadas à Coordenação Geral, exige-se profissional sênior (P0) com experiência profissional mínima comprovada de 10 anos no planejamento e gestão de empreendimentos na área ferroviária e rodoviária, envolvendo coordenação de equipes de gerenciamento, projetos ou supervisão.

8.27.2. Para as demais atividades relacionadas, pela natureza das atividades desenvolvidas no âmbito da SUCON e o modelo descentralizado da prestação do serviço proposta, os profissionais

poderão realizar qualquer uma das tarefas previstas para as atividades inerentes a cada especialidade. Dessa forma, o quadro a seguir, utilizado na metodologia de dimensionamento da equipe, consolidada, seguindo a ordem das atividades apresentadas no item 8.12, a distribuição das especialidades frente às atividades elencadas.

Profissionais X Atividades

SUCON

Nº	Especialidade	PRODUTOS 1, 2, 3 A	PRODUTO 4 A	Total
	Coordenador - Coordenador Geral de Apoio a Novas Outorgas (CBO 2142-05)	1		1
Nº	Especialidade	PRODUTOS 1, 2, 3 A	PRODUTO 4 A	Total
2	Engenheiro Civil - Junior (CBO 2142-05)	1		1
3	Bacharel em Direito - Júnior (CBO 2410-05)	2		2
4	Bacharel em Direito - Pleno (CBO 2410-05)	1		1
5	Profissional Nível Superior - Pleno (CBO 4101)	1	1	2
6	Economista - Júnior (CBO 2512-05)	2		2
7	Economista - Sênior (CBO 2512-05)	2		2
8	Contador - Júnior (CBO 2522-10)	1		1
9	Engenheiro Ambiental - Junior (CBO 2140-05)	1		1
10	Engenheiro Civil - Orçamentista - Junior (CBO 2142-05)	1		1
11	Engenheiro Civil - Orçamentista Pleno (CBO 2142-05)	1		1
12	Engenheiro Civil - Projetista - Junior (CBO 2142-05)	6		6
13	Engenheiro Civil - Projetista Pleno (CBO 2142-05)	2		2
Total		21	1	22+1 coordenador = 23

8.28. Isso posto, o quadro abaixo apresenta os quantitativos e tipos de profissionais que serão necessários para realizar todas as tarefas previstas no presente Termo de Referência. Ressalta-se que a Planilha Orçamentária realiza previsão pormenorizada das horas de trabalho previstas para cada profissional, prevendo-se que não haverá dedicação exclusiva, sendo que o quantitativo necessário de pessoal deverá ser menor que 23:

Profissionais requeridos**SUCON**

Alocação	Formação/Atividade	Qualificação	Quantidade
Coordenador	Coordenador (CBO 2142-05)		1
Profissional Júnior	Engenheiro Civil (CBO 2142-05)	Experiência \geq 2 anos	1
Profissional Júnior	Bacharel em Direito (CBO 2410-05)	Experiência \geq 2 anos	2
Profissional Júnior	Economista (CBO 2512-05)	Experiência \geq 2 anos	2
Profissional Júnior	Contador (CBO 2522-10)	Experiência \geq 2 anos	1
Profissional Júnior	Engenheiro Ambiental (CBO 2140-05)	Experiência \geq 2 anos	1
Profissional Júnior	Engenheiro Civil – Orçamentista (CBO 2142-05)	Experiência \geq 2 anos	1
Profissional Júnior	Engenheiro Civil – Projetista (CBO 2142-05)	Experiência \geq 2 anos	6
Profissional Pleno	Bacharel em Direito (CBO 2410-05)	Experiência \geq 5 anos	1
Profissional Pleno	Engenheiro Civil – Orçamentista (CBO 2142-05)	Experiência \geq 5 anos	1
Profissional Pleno	Engenheiro Civil – Projetista (CBO 2142-05)	Experiência \geq 5 anos	2
Profissional Pleno	Profissional de Nível Superior (CBO 4101)	Experiência \geq 5 anos	2
Profissional Sênior	Economista (CBO 2512-05)	Experiência \geq 8 anos	2
TOTAL			23

8.29. Com vistas a assegurar que os profissionais previstos acima tenham suficiente aptidão e preparo para a realização das atividades que compõem os serviços de apoio técnico requeridos, e também para que possam realizá-los com as devidas qualidade, atenção, zelo e rendimento, são apresentados a seguir os requisitos fundamentais dos trabalhadores em termos de conhecimentos, habilidades e perfil pessoal.

8.29.1. O quadro abaixo apresenta as competências que não seriam naturalmente consideradas como inerentes à formação acadêmica ou que mesmo o sendo, julgou-se prudente enfatizar, face a sua importância à prestação adequada dos serviços. Por óbvio que as competências inerentes às formações exigidas também devem compor o perfil profissional para que sirva como orientação à CONTRATADA na escolha dos profissionais.

Competências sugeridas
SUCON

Profissional	Qnde	Conhecimentos	Habilidades (técnicas)	Comportamentos (pessoais)
Coordenador - Coordenador Geral (CBO 2142-05)	1	→ Gestão de Projetos; → Gestão de Equipes; → Engenharia Ferroviária; → Concessões de Infraestrutura; → Redação Oficial; → Noções de Economia da regulação; → Noções de direito regulatório;	→ Gerenciar equipes, processos e projetos; → Elaborar Relatórios Técnico-Gerenciais; → Planejar, executar e controlar rotinas de trabalho; → Controlar a qualidade dos produtos desenvolvidos; → Elaborar textos de acordo com a norma culta da língua portuguesa;	Liderança, Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Visão estratégica, Relacionamento Interpessoal, Negociação, Integridade e Trabalho em Equipe.
Engenheiro Civil - Junior (CBO 2142-05)	1	→ Projetos de Infraestrutura: <ul style="list-style-type: none"> • Traçado, terraplenagem, drenagem, OAEs, superestrutura... • Orçamento e sistemas de custos referenciais; • Normas técnicas; → Engenharia Ferroviária → Engenharia de Transportes;	→ Operar as seguintes ferramentas em nível intermediário (no mínimo): <ul style="list-style-type: none"> • AutoCad; • Excel; • Pacote Office → Analisar Projetos de infraestrutura e orçamentos; → Analisar dados (e banco de dados);	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe.

		→ Concessões de Infraestrutura; → Logística; → Redação Oficial;	→ Analisar/Elaborar relatórios e estudos técnicos; → Planejar, executar e controlar rotinas de trabalho. → Elaborar textos de acordo com a norma culta da língua portuguesa;	
Profissional	Qnde	Conhecimentos	Habilidades (técnicas)	Comportamentos (pessoais)
Economista - Sênior (CBO 2512-05)	2	→ Finanças empresariais; → Análise de demonstrativos contábeis; → Economia da Regulação; → Redação Oficial;	→ Operar o Excel em nível avançado (no mínimo); → Operar o pacote Office em nível Intermediário (no mínimo); → Elaborar textos de acordo com a norma culta da língua portuguesa;	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe.
Economista - Júnior (CBO 2512-05)	2	→ Economia da Regulação; → Noções de Contabilidade; → Noções de Defesa da Concorrência; → Redação Oficial;	→ Elaborar Relatórios Técnico-Administrativos; → Analisar processos e propor encaminhamentos; → Produzir minutas diversas (ofícios, relatórios, instrumentos normativos, como minutas de Deliberação, Portaria, Resolução, etc.); → Verificar cumprimento de obrigações contratuais e normativas; → Analisar Indicadores;	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe.

			→ Operar o Excel em nível intermediário (no mínimo); → Operar o pacote Office em nível Intermediário (no mínimo); → Elaborar textos de acordo com a norma culta da língua portuguesa;	
Profissional	Qnde	Conhecimentos	Habilidades (técnicas)	Comportamentos (pessoais)
Contador - Júnior (CBO 2522-10)	1	→ Finanças empresariais; → Análise de demonstrativos contábeis; → Redação Oficial;	→ Operar o Excel em nível avançado (no mínimo); → Operar o pacote Office em nível Intermediário (no mínimo); → Elaborar textos de acordo com a norma culta da língua portuguesa;	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe.
Bacharel em Direito - Júnior (CBO 2410-05)	2	→ Direito Administrativo; → Noções de Direito Regulatório; → Noções sobre regulação de setores de infraestrutura; → Redação Oficial;	→ Elaborar Relatórios Técnico-Administrativos; → Analisar processos e propor encaminhamentos; → Produzir minutas diversas (ofícios, relatórios, instrumentos normativos, como minutas de Deliberação, Portaria, Resolução, etc.); → Verificar cumprimento de obrigações contratuais e normativas; → Elaborar análises de processos administrativos simplificados - PAS;	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe.

			→ Acompanhar e controlar cumprimento de decisões judiciais; → Operar o Excel em nível intermediário (no mínimo); → Operar o pacote Office em nível Intermediário (no mínimo); → Colher e organizar informações para elaboração de relatórios; → Planejar, executar e controlar rotinas de trabalho; → Elaborar textos de acordo com a norma culta da língua portuguesa;	
Profissional	Qnde	Conhecimentos	Habilidades (técnicas)	Comportamentos (pessoais)
Bacharel em Direito - Pleno (CBO 2410-05)	2	→ Arcabouço legal e normativo do setor ferroviário brasileiro; → Direito Administrativo e Regulatório; → Regulação de setores de infraestrutura; → Redação Oficial;	→ Operar o pacote Office em nível Intermediário (no mínimo); → Analisar defesas e recursos administrativos; → Produzir instrumentos normativos, como minutas de Resolução, Deliberação, etc.; → Propor melhorias aos Contratos de Concessão de Ferrovias; → Avaliar contribuições apresentadas em processos de participação e controle social - PPCS; → Implementar as contribuições aceitas em PPCS nos respectivos instrumentos normativos ou de outorga;	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe.

			→ Contruir manifestações sobre proposições legislativas; → Gerenciar projetos e processos; → Planejar, executar e controlar rotinas de trabalho; → Elaborar textos de acordo com a norma culta da língua portuguesa;	
Profissional de nível superior - Pleno (CBO 4101)	1	→ Conhecimento sobre a ANTT (equipe, funções, departamentos, responsabilidades, prazos, hierarquia...); → Noções de administração; → Noções de secretariado → Noções de Direito Administrativo; → Redação Oficial;	→ Operar as seguintes ferramentas em nível intermediário (no mínimo): • SEI (Sistema Eletrônico de Informações) • Excel; • MS Outlook; • Pacote Office; → Elaborar Relatórios Gerenciais e Administrativos; → Analisar processos e propor encaminhamentos; → Construção, elaboração e acompanhamento de indicadores, plano de atividades e matriz de riscos;	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe.
Profissional	Qnde	Conhecimentos	Habilidades (técnicas)	Comportamentos (pessoais)
Engenheiro Ambiental - Junior (CBO 2140-05)	1	Projetos de infraestrutura; Procedimentos e requisitos para obtenção de licenciamentos ambientais; Passivos, condicionantes e possíveis soluções de mitigação de riscos ambientais. Interferências	Desejável experiência na análise de projetos, estudos, relatórios, planos e/ou programas ambientais relativos ao meio socioeconômico dos empreendimentos junto à	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade,

		Arqueológicas, Indígenas, Quilombolas e etc.	comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como na condução de processos de licenciamento ambiental junto a órgão federal ou estadual de meio ambiente, tratativas junto à FUNAI e demais intervenientes relacionados aos povos indígenas e às comunidades tradicionais.	Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe.
Engenheiro Civil Orçamentista - Pleno (CBO 2142-05)	1	Orçamento de projetos de infraestrutura (Planilha de Quantitativos e Preços - PQP, Composições de Custos Unitários - CCU, Benefícios de Despesas Indiretas - BDI, Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, sistemas referenciais SICRO II/III, SICFER, SINAPI) - COMPOR.	Experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de orçamentos para projetos/obras de infraestrutura de transportes.	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe.
Profissional	Qnde	Conhecimentos	Habilidades (técnicas)	Comportamentos (pessoais)
Engenheiro Civil Orçamentista - Junior	1	Orçamento de projetos de infraestrutura (Planilha de Quantitativos e Preços - PQP, Composições de Custos Unitários - CCU, Benefícios de Despesas Indiretas - BDI, Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura -	Experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de orçamentos para projetos/obras de infraestrutura de transportes.	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe.

(CBO 2142-05)		REIDI, sistemas referenciais SICRO, SICFER, SINAPI).		
Engenheiro Civil Projetista - Junior (CBO 2142-05)	4	Projetos de infraestrutura (estudos de traçado, terraplenagem, drenagem, obras de arte especiais, geotecnia, superestrutura); Normas técnicas para elaboração de projetos de infraestrutura, instruções de serviço, manuais técnicos (DNIT/VALEC).	Experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de estudos topográficos, geológicos e projetos de terraplenagem, drenagem, e geometria rodoviária/ferroviária, bem como obras de arte especiais.	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe.
Profissional	Qnde	Conhecimentos	Habilidades (técnicas)	Comportamentos (pessoais)
Engenheiro Civil Projetista - Pleno (CBO 2142-05)	1	Análise de Capacidade de Rodovias, conhecimento do software HCS 2010. Análise de Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias. Análise de manutenção de rodovias, conhecimento do software HDM. Análise de soluções de pavimentos para manutenção, recuperação e conversação.	Experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de projetos de manutenção, recuperação e conservação rodoviária. Experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de projetos de ampliação	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe.

		Conhecimento em parâmetros de desempenho, padrões de operação e prestação de serviço rodoviária.	de capacidade e melhorias rodoviárias. Experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de estudos de tráfego, estudos geotécnicos e projetos de pavimentação rodoviária.	
Engenheiro Civil Projetista - Pleno (CBO 2142-05)	1	Análise Operacional e de Capacidade em Ferrovias. Conhecimento de software de simulação operacional. Parâmetros operacionais, parâmetros de desempenho de via permanente e material rodante. Equipamentos e serviços de manutenção de ferrovias.	Experiência profissional comprovada em análise operacional e de capacidade ferroviária. Experiência profissional comprovada em elaboração ou análise de projetos de ampliação de capacidade e melhorias ferroviárias. Experiência profissional comprovada em definição de requisitos técnicos para operação e projetos ferroviários.	Proatividade, Assertividade, Comunicação, Equilíbrio emocional, Engajamento, Foco em resultado, Relacionamento Interpessoal, Pensamento crítico, Criatividade, Capacidade de Julgamento, Integridade, Gerenciamento do Tempo, Sinceridade e Trabalho em Equipe.

- 8.30. A metodologia utilizada para o dimensionamento da equipe que resultou nos profissionais descritos, assim como nos níveis de experiência solicitados, está descrita na Nota Técnica e detalhada na Planilha Orçamentária, que também compõe os artefatos de planejamento da contratação.
- 8.31. Em linhas gerais, a escolha dos tipos de profissionais especificados, tal qual suas qualificações, foram estabelecidas com base nas atividades descritas nas tabelas acima, considerando ainda fatores qualitativos e quantitativos da mão de obra já disponível, assim como a disponibilidade orçamentária para a presente contratação.
- 8.32. Os profissionais graduados indicados pela CONTRATADA, para a prestação dos serviços, devem ter curso superior completo, com diploma registrado pelo MEC, e quando couber, validado pelo Conselho Profissional Competente.
- 8.33. O tempo de experiência de cada profissional será submetido à avaliação curricular e demais comprovantes de sua experiência, como por exemplo: registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social e declarações emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, a respeito do conteúdo e dos prazos das entregas dos produtos conforme definido neste Termo de Referência.
- 9.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 9.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

9.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

9.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas.

9.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

9.6.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios técnicos e gerenciais e estudos após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

- 9.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.
- 10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 10.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 10.7. Quando for o caso de atuação presencial na ANTT, apresentar à CONTRATANTE os empregados devidamente identificados por meio de crachá,

além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

- 10.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 10.9. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 10.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.
- 10.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 10.12. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 10.13. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 10.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

- 10.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.18. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.19. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 10.20. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.
- 10.21. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.22. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.23. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 10.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.25. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

- 10.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 10.28. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 10.29. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 10.29.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos (atividades) desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.
 - 10.29.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos (atividades) gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 10.30. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou de quem a CONTRATANTE definir.

- 10.31. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 10.32. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 10.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE.
- 10.34. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nºs. 6.496/77 e 12.378/2010).
- 10.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 10.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados em desconformidade, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 10.37. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros.
- 10.38. Cumprir os prazos estipulados no Termo de Referência.
- 10.39. Responsabilizar-se exclusivamente sobre a seleção, a designação e a manutenção do quadro de profissionais alocados para a execução do contrato.
- 10.40. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 10.41. Satisfazer todos os requisitos constantes das Especificações Técnicas. As discrepâncias que porventura ocorram devem ser comunicadas à Fiscalização com a devida oportunidade.

- 10.42. Atender às solicitações emitidas pela fiscalização quanto ao fornecimento de informações e/ou documentação.
- 10.43. Manter, por si ou seus prepostos, em qualquer circunstância, elevado padrão de conduta, relacionamento e entendimento com a fiscalização da ANTT, as concessionárias e seus contratados e a opinião pública em geral.
- 10.44. Far-se-á presente em todas as reuniões convocadas pela ANTT, devidamente representada, ao menos, pelo Coordenador Geral da Equipe Técnica.
- 10.45. Manter atualizados seus dados cadastrais na ANTT.
- 10.46. A CONTRATADA deverá no desenvolvimento de suas atividades, procurar, sempre que possível adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme dispostas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis disponível no sítio da AGU e, além disso:
- 10.46.1. Implementar práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilizar preferencialmente a fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral da União, que se encontra disponível para download no seguinte endereço eletrônico: www.agu.gov.br/ecofont.
 - 10.46.2. Adotar o uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios.
 - 10.46.3. Adotar prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA N° 257/1999.
 - 10.46.4. Considerar nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental; e estimular a troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.
- 10.47. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do

serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO (RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO)

13.1. A aceitação e pagamento de cada parcela estão condicionados ao atendimento dos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, decorrente do atendimento das demandas solicitadas no período, o que será objeto da avaliação de desempenho.

13.2. O prazo de entrega dos relatórios contendo as atividades realizadas na entrega anterior é de até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços.

13.3. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº. 8.666/93, os relatórios deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato, e por ele recebidos, quando considerados adequados, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

- 13.3.1. A ANTT realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 13.3.2. O prazo para a avaliação e o recebimento dos relatórios é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua entrega.
- 13.3.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 13.3.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 13.3.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 13.3.6. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

13.3.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

13.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

13.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

13.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

13.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento substituto.

13.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das

responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

13.5.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.6. Apenas será aceita, para efeitos de pagamento, a versão final de cada relatório, que deve contemplar todas as adequações solicitadas pela ANTT e estar plenamente de acordo com as especificações deste Edital e do Termo de Referência.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15. DO PAGAMENTO

15.1 O pagamento do serviço será feito em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexo a este Termo de Referência.

15.1.1 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

15.2.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no cronograma físico-financeiro, a contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no cronograma físico-financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

15.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4 O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- O período de prestação dos serviços;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

15.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

15.6.1 Não produziu os resultados acordados.

15.6.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

15.6.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8 Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.8.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

15.9 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o

Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.11 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

15.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.12.1 Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

15.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.14 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{\left(\frac{6}{100}\right)}{365} = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

16. REAJUSTE

- 16.1. Os preços são fixos e irrevoluáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 16.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de Consultoria utilizado pelo DNIT, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 17.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e

por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

17.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

17.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

17.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

17.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

17.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

17.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

17.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

17.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

- 17.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 17.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 17.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 17.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 17.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 17.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 17.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 17.12. Será considerada extinta a garantia:
- 17.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 17.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

17.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

17.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

18.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. Fraudar na execução do contrato;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5. Cometer fraude fiscal;

18.1.6. Não mantiver a proposta.

18.2. Pela inexecução total ou parcial dos serviços, a ANTT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

a) A Advertência será aplicada caso a CONTRATADA atinja, durante a vigência contratual, 01 (uma) vez a nota Insatisfatória, relativa à produtividade aferida no mês.

18.2.2. Multa de:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa

hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor da respectiva fatura, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- f) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.3, 17.2.4 e 17.2.5, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, são atribuídos graus às infrações, de acordo com os Quadros XIX.1 e XIX.2, abaixo:

Quadro 17.1 – Graus das Infrações

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor da respectiva fatura
2	0,4% ao dia sobre o valor da respectiva fatura
3	0,8% ao dia sobre o valor da respectiva fatura
4	1,6% ao dia sobre o valor da respectiva fatura
5	3,2% por evento (ocorrência) sobre o valor da respectiva fatura

Quadro 17.2 – Descrição dos Graus de Infrações

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Apresentar na avaliação de desempenho nível insatisfatório, em mais de um mês, na vigência contratual.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
11	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
12	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- 18.5.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 18.5.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 18.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.
- 18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 18.7.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de

investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 18.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 19.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 19.2.1. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 19.2.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 19.3. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 19.3.1. O valor global de até R\$ 6.500.857,84 (seis milhões, quinhentos mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), conforme orçamento referencial disposto no Anexo II a este Termo de Referência.
- 19.3.2. O valor unitário, conforme Planilha estimativa de custos e formação de preços e cronograma físico-financeiro (Anexo II deste termo de referência)

I - CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL

19.4. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.4.1. Em caso de consórcio de empresas, a documentação referida no subitem anterior deverá ser apresentada individualmente para cada uma das empresas integrantes.

19.4.2. Declaração formal emitida pela licitante de que os profissionais componentes da equipe técnica, bem como os insumos para execução do serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação.

19.5. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos acima.

19.6. Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua retirada ou substituição.

19.7. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da Licitante.

19.8. Em caso de consórcio a comprovação da capacidade técnica operacional (atestados) poderá ser fornecida, no todo ou em parte, por qualquer uma das consorciadas.

19.9. A Licitante deverá apresentar pelo menos (um) atestado (ou declaração) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da respectiva região, para cada um dos itens, conforme quadro, sob pena de desclassificação:

Quadro 18.1 – Habilitação Exigida da Empresa

ITEM	Serviços Executados	Nº mínimo de atestados
Capacidade técnico operacional	<p>Elaboração de estudos (topográficos, hidrológicos, geológicos, traçado) e projetos de engenharia de infraestrutura (geométrico, terraplenagem, drenagem, obras-de-arte especial, superestrutura) ferroviária ou rodoviária, atendendo no mínimo um dos critérios a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ferroviária – totalizando uma extensão mínima de 200 km; <u>ou</u> • Rodoviária – totalizando uma extensão mínima de 1.000 km; 	01

(1) Nesta Licitação **não há vedação** ao somatório de quantitativos.

(2) A diferença da extensão requisitada para os serviços ferroviários e rodoviários deve-se à diferença de dimensão entre estes mercados, e visa proporcionar, dentro da experiência mínima desejada, uma maior competição entre os dois mercados.

19.10. A Licitante deverá relacionar os serviços compatíveis com o objeto da licitação executados pela empresa e anexar comprovação destes por intermédio de atestado e/ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da mesma, devidamente registrados no CREA.

19.11. Deverá a Proponente apresentar somente o número de atestados exigidos para a comprovação da capacidade operacional e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

19.12. Serão desclassificadas as licitantes que não apresentarem documentos comprobatórios de atendimentos dos critérios mínimos indicados.

II - CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL

19.13. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato de prestação de serviço, da ficha de registro de empregado, de declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, ou do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.

19.14. Os integrantes da Equipe Técnica habilitada deverão ser obrigatoriamente os profissionais que se responsabilizarão pela execução dos serviços objeto da contratação. Havendo a impossibilidade para tal, deverá ser apresentada

justificativa à CONTRATANTE que, por conseguinte, poderá aceitar ou não novos profissionais mediante a apresentação de atestados técnicos compatíveis com o objeto a ser desenvolvido.

19.15. Deverá(ão) constar, obrigatoriamente, do(s) atestado(s) de capacidade técnica, em destaque, os seguintes dados: nome do profissional; data de início e término dos serviços; local de execução; nome do CONTRATANTE e da CONTRATADA; descrição dos serviços e os quantitativos executados, quando couber;

19.16. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa ou consórcio de empresas, sob pena de inabilitação das Licitantes.

19.17. A avaliação dos profissionais deverá atender as seguintes especificações:

Quadro 18.2 – Habilitação Exigida dos Profissionais

CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA		
CATEGORIA PROFISSIONAL	NÍVEL	Nº DE ATESTADOS
Coordenador-Geral da Equipe – Engenheiro com experiência profissional em Serviços de Coordenação ou Responsabilidade Técnica em Apoio e/ou Gerenciamento e/ou Assessoramento e/ou Supervisão de empreendimentos lineares de infraestrutura de transportes terrestres (Rodovia ou Ferrovia), compreendendo: Planejamento, Verificação e Análise dos Serviços nas Áreas de Projetos, Obras de Ampliação e Melhoramento, Operação, Conservação e na Área Ambiental, Coordenação, Desenvolvimento de Controle de Obras, Procedimentos para a Análise da Documentação Técnica de Projetos e “As Built” e Análise Econômica.	P0	01 (um)

(1) Serão inabilitadas as propostas que não atingirem a qualificação requerida para a Equipe Técnica Especializada.

19.18. A comprovação da experiência requerida para fins de qualificação se dará por meio de atestados, os quais deverão constar o nome do profissional, o período do trabalho efetuado e o tipo de serviço prestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Classes Profissionais correspondentes, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico - CAT.

19.19. Para a contagem do tempo de experiência haverá o desconto das sobreposições.

- 19.20. Para cada um dos serviços executados e relacionados, a título de experiência do técnico, deverá ser anexado atestado e/ou certidão comprovando a sua execução.
- 19.21. Ditos atestados e/ou certidões, INDEPENDENTE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, quando pertinente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do CONTRATANTE, período e discriminação dos serviços.
- 19.22. De acordo com os serviços relacionados e comprovados será avaliado o nível de experiência da equipe para execução dos serviços.
- 19.23. Apresentar somente o número de atestados exigidos para a comprovação da capacidade técnica dos profissionais qualificáveis e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.
- 19.24. Os profissionais integrantes da Equipe Técnica deverão comprovar sua formação, o tempo de formação exigido e a experiência mínima requerida para função.
- 19.25. Na qualificação para a Equipe Técnica deverão ser apresentados profissionais distintos para cada função solicitada, ou seja, não será permitido o acúmulo de funções.
- 19.26. Quando os atestados apresentados forem decorrentes de subcontratação, obrigatoriamente deverão trazer em anexo o atestado do CONTRATANTE principal.
- 19.27. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica em nome do(s) profissional(ais) responsável(eis) técnico(s), devidamente registrados nas entidades profissionais da região onde os serviços foram executados, acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT).
- 19.28. Em optando-se pela participação em Consórcio, a documentação relacionada à habilitação deverá ser apresentada individualmente, para cada Consorciado.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

20.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

20.1.1. Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial foram obtidos pelas seguintes fontes:

- Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, Mês/Ano de Referência Janeiro de 2020.
- Para efeito da formação do orçamento referencial, foram utilizadas as Convenções Coletivas de Trabalho - CCT's informadas nas planilhas orçamentárias.
- Resultado da pesquisa de mercado.

20.2. Os valores apresentados neste Termo de Referência e no orçamento referencial apresentado no Anexo II são apenas indicativos e servem para a formação do preço de referência, devendo a licitante respectiva à proposta vencedora adaptá-los à sua realidade profissional de mercado, **obedecendo os pisos mínimos de cada categoria profissional**, na região, bem como assumir integralmente todos os riscos decorrentes das variações do preço de referência ora indicado, seja em seus componentes, seja no valor global, ressaltando-se os reajustes e previsões legais.

20.3. Para a formação do orçamento referencial no que concerne à mão de obra mobilizada, foi utilizada a Tabela de Consultoria do DNIT, para as categorias profissionais necessárias, que foram avaliadas e distribuídas conforme as atividades desenvolvidas.

20.4. Os serviços objeto desta licitação são serviços vinculados à engenharia consultiva o que importa na mobilização de profissionais com diferentes níveis de experiência, adequados, portanto, aos diversos níveis de complexidade dos serviços a serem realizados.

20.5. Quanto aos insumos, segue abaixo descrição. Os levantamentos de preços foram baseados em:

- Levantamento realizado pela Surod, no processo 50500.332517/2019-11, para os softwares HDM-4 e @risk;
- Pesquisa de preço do software RTC no endereço www.berkeleysimulation.com;
- Pesquisa de preços em sites de eletrodomésticos, para os computadores:

Insumo	Qtde	Descrição	Valor
HDM-4 – <i>Highway Development Management</i>	1	O programa HDM-4 foi idealizado para a análise econômica de rede rodoviária para investimentos com restrição orçamentária, buscando atingir a maior extensão possível, visando o maior retorno através do Valor Presente Líquido dos diversos cenários estudados, dentro de um horizonte de projeto (por exemplo 20 anos), podendo analisar diversas alternativas de intervenção para cada célula, indicando a época para a realização dos investimentos, tendo como objetivo final a melhor condição da rede no final do horizonte de projeto. São dados de entrada para a rodada do HDM-4 as condições atuais dos pavimentos das rodovias, obtidas no Banco de Dados para cada célula (extensões, estrutura, volume de tráfego, defeitos, irregularidade, deflectometria, geometria - largura de pista, largura de acostamentos, declividades médias, índice de curvatura, etc. - condições climáticas, de topografia, idade do pavimento, idade da última restauração, etc.), dados da frota nacional (tipo de veículos, peso, custos de aquisição e de manutenção, custo do combustível), as políticas de intervenção (tipo de manutenção ou restauração e custo) e os cenários de investimento.	US\$ 5.000,00 – R\$ 28.752,50 (US\$ 1,00 = R\$ 5,75, cotação em 29/10/2020)
@risk	1	É um plug-in do Excel para que se possa realizar a análise de riscos com base na simulação de Montecarlo. Essa ferramenta é fundamental para avaliação do contingenciamento de recursos decorrente de riscos de um projeto.	US\$ 4.929,00 – R\$ 28.344,21 (US\$ 1,00 = R\$ 5,75, cotação em 29/10/2020)
RTC	1	É um software que simula a movimentação dos trens em uma rede ferroviária, em nível detalhado e realista. É utilizado para diversos propósitos, desde aprimoramentos estratégicos do fluxo de tráfego, até a determinação de onde deve ser aplicado o capital para a infraestrutura.	US\$ 50.000,00 e manutenção anual de US\$ 5.000,00 - R\$ 316.277,50 (US\$ 1,00 = R\$ 5,75, cotação em 29/10/2020)
Computador	23	Sistema Operacional Windows, processador intel, Capacidade HD 500GB, 4GB de RAM Monitor 19,5".	Preço médio da unidade: 2.509,98 Total para 23 profissionais: 57.729,54

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital.

22. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

22.1. O prazo de vigência do Contrato será de 18 (dezoito) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

23. ANEXOS

23.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo I – Estudos preliminares;
- Anexo II – Planilha estimativa de custos e formação de preços e cronograma físico-financeiro
- Anexo III – Instrumento de Medição de Resultados

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
NOME: Mônica Marinho Nascimento Delamare	MATRÍCULA/SIAPE: 1551898
Técnico Administrativo - CCT V	
NOME: Juliana dos Santos Lima	MATRÍCULA/SIAPE: 1535966
Técnico Administrativo - CCT IV	
(Assinatura Eletrônica)	
(Assinatura Eletrônica)	

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA AUTORIDADE COMPETENTE	
NOME: Renan Essucy Gomes Brandão	MATRÍCULA/SIAPE: 1108055
Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do	

qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 9º, §2º, do Decreto nº 5.450/2005, APROVO o referido documento.

(Assinatura Eletrônica)

ANEXO I

ESTUDOS PRELIMINARES

Estudo Técnico Preliminar 21/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 50500.110969/2020-87

2. Descrição da necessidade

A presente análise tem por objetivo apresentar a avaliação, para fins de demonstração, da viabilidade técnica e econômica da contratação, em caráter complementar, de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas de novas outorgas e prorrogações antecipadas de rodovias e ferrovias da Superintendência de concessão da infraestrutura - SUCON, da ANTT.

3. Descrição da necessidade

A presente análise tem por objetivo apresentar a avaliação, para fins de demonstração, da viabilidade técnica e econômica da contratação, em caráter complementar, de serviços técnicos especializados de apoio em engenharia consultiva, gerenciamento e operação das demandas de novas outorgas e prorrogações antecipadas de rodovias e ferrovias da Superintendência de concessão da infraestrutura - SUCON, da ANTT.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUCON	Renan Essucy Gomes Brandão

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A SUCON/ANTT tem por atribuição a estruturação de projetos de concessão de infraestrutura rodoviária e ferroviária, desde a fase de estudos até o leilão. Nesse sentido, foram qualificados e priorizados pelo Programa de Parcerias e Investimentos – PPI do Governo Federal, os projetos de novas outorgas para 2 (duas) novas concessões/subconcessões ferroviárias, prorrogações antecipadas de 5 (cinco) outras ferrovias, bem como futura relicitação de mais 1 (uma). Estes projetos compreendem cerca de 12 mil km de ferrovia e somam mais de 64 bilhões de investimentos. Além disso, no âmbito de rodovias, o PPI qualificou e priorizou os projetos de 13 rodovias para novas outorgas e relicitação de 2 (duas) rodovias. Esses projetos têm um valor de investimento previsto em torno de R\$ 144 bilhões e compreendem cerca de 21 mil km de rodovia.

A Portaria SUCON nº 2, de 15/06/2020, estabelece as três gerências temáticas da área e uma coordenação de assessoramento e apoio à Superintendência: Gerência de Projetos de Engenharia e Ambiental (Gepen), Gerência de Modelagem Econômico-Financeira (Gemef), Gerência de Estruturação Regulatória (Gereg), Coordenação de Apoio da Sucon (Apsucon).

Para que a SUCON e suas gerências e/ou coordenações, possam cumprir adequada e tempestivamente suas competências faz-se mister a contratação de mão de obra exclusiva para prestar apoio técnico às atividades previstas no presente Termo de Referência.

Assim, propõe-se a contratação de empresa técnica especializada para servir como força de trabalho auxiliar, com vistas a apoiar a realização das atividades inerentes às atribuições institucionais da SUCON, devendo tais serviços serem prestados por meio da apresentação de produtos com escopo definido.

6. Levantamento de Mercado

A solução a ser contratada é implementada em todos os órgãos vinculados ao Ministério da Infraestrutura. Os critérios técnicos de seleção do fornecedor são de amplo conhecimento, grande número de fornecedores e não restringe a competitividade no certame.

7. Descrição da solução como um todo

O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

A presente contratação adotará como regime de execução por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, uma vez que o regime é útil, pois comporta a modulação na execução e reduzirá as dificuldades em caso de variações e quantitativos ao longo da contratação.

Não serão aceitos valores unitários por itens maiores que os valores de referência da administração.

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses.

A referida prestação de serviços deverá observar as disposições contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017, bem como, tanto quanto cabível, a Resolução da ANTT nº 442, de 17 de fevereiro de 2004 e todas as Normas Técnicas vigentes, em especial àquelas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e as expedidas pela ANTT, que forem pertinentes à realização do objeto desta contratação.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A contratação em tela é um serviço complexo e que envolve recursos públicos, o que exige, necessariamente, pessoal técnico especializado para a realização de trabalhos que promovam a viabilidade técnica, ambiental, econômica e jurídica, nas concessões de rodovia e ferrovia.

No que diz respeito ao quantitativo de pessoal, estes foram levantados, por áreas de conhecimento e especialidades, para que os produtos a serem entregues possam abarcar todas as condições necessárias (ambiental, legal, viabilidade técnica, etc), para buscar a conformidade contratual e confiabilidade técnica dos serviços a serem contratados.

Foi levado em consideração, também, o tempo, a quantidade e complexidade dos serviços que serão realizados pelos respectivos profissionais que são indispensáveis para a perfeita execução e entrega dos produtos.

Por fim, e no que diz ao tempo de experiência, entende-se que além do conhecimento técnico é necessário que os profissionais possuam, além da formação exigida, experiência na execução dos trabalhos. Colocar pessoas sem experiência ou capacitá-las nessas atividades poderia comprometer a execução trabalhos e, consequentemente, a entrega dos produtos, ocasionando possíveis prejuízos à ANTT e ao Governo Federal.

Segue abaixo estimativa das quantidades de pessoal e insumos:

Alocação	Formação/Atividade	Qualificação	Quantidade
Coordenador	Coordenador (CBO 2142-05)		1

Profissional Júnior	Engenheiro Civil (CBO 2142-05)	Experiência \geq 2 anos	1
Profissional Júnior	Bacharel em Direito (CBO 2410-05)	Experiência \geq 2 anos	2
Profissional Júnior	Economista (CBO 2512-05)	Experiência \geq 2 anos	2
Profissional Júnior	Contador (CBO 2522-10)	Experiência \geq 2 anos	1
Profissional Júnior	Engenheiro Ambiental (CBO 2140-05)	Experiência \geq 2 anos	1
Profissional Júnior	Engenheiro Civil – Orçamentista (CBO 2142-05)	Experiência \geq 2 anos	1
Profissional Júnior	Engenheiro Civil – Projetista (CBO 2142-05)	Experiência \geq 2 anos	6
Profissional Pleno	Bacharel em Direito (CBO 2410-05)	Experiência \geq 5 anos	1
Profissional Pleno	Engenheiro Civil – Orçamentista (CBO 2142-05)	Experiência \geq 5 anos	1
Profissional Pleno	Engenheiro Civil – Projetista (CBO 2142-05)	Experiência \geq 5 anos	2

Profissional Pleno	Profissional de Nível Superior (CBO 4101)	Experiência ≥ 5 anos	2
Profissional Sênior	Economista (CBO 2512-05)	Experiência ≥ 8 anos	2
TOTAL			23

Insumo	Qtde	Descrição	Valor
HDM-4 – Highway Development Management	1	O programa HDM-4 foi idealizado para a análise econômica de rede rodoviária para investimentos com restrição orçamentária, buscando atingir a maior extensão possível, visando o maior retorno através do Valor Presente Líquido dos diversos cenários estudados, dentro de um horizonte de projeto (por exemplo 20 anos), podendo analisar diversas alternativas de intervenção para cada célula, indicando a época para a realização dos investimentos, tendo como objetivo final a melhor condição da rede no final do horizonte de projeto. São dados de entrada para a rodada do HDM-4 as condições atuais dos pavimentos das rodovias, obtidas no Banco de Dados para cada célula (extensões, estrutura, volume de tráfego, defeitos, irregularidade, deflectometria , geometria - largura de pista, largura de acostamentos, declividades médias, índice de curvatura, etc. - condições climáticas, de topografia, idade do pavimento, idade da última restauração, etc.), dados da frota nacional (tipo de veículos, peso, custos de aquisição e de manutenção, custo do combustível), as políticas de intervenção (tipo de manutenção ou restauração e custo) e os cenários de investimento.	US\$ 5.000,00 – R\$ 28.752,50 (US\$ 1,00 = R\$ 5,75, cotação em 29/10/2020)
@risk	1	É um plug-in do Excel para que se possa realizar a análise de riscos com base na simulação de Monte Carlo . Essa ferramenta é fundamental para avaliação do contingenciamento de recursos decorrente de riscos de um projeto.	US\$ 4.929,00 – R\$ 28.344,21 (US\$ 1,00 = R\$ 5,75, cotação em 29/10/2020)
RTC	1	É um software que simula a movimentação dos trens em uma rede ferroviária, em nível detalhado e realista. É utilizado para diversos propósitos, desde aprimoramentos estratégicos do fluxo de tráfego, até a determinação de onde deve ser aplicado o capital para a infraestrutura.	US\$ 50.000,00 e manutenção anual de US\$ 5.000,00 - R\$ 316.277,50 (US\$ 1,00 = R\$ 5,75, cotação em 29/10/2020)
Computador	23	Sistema Operacional Windows, processador intel , Capacidade HD 500GB, 4GB de RAM Monitor 19,5".	Preço médio da unidade: 2.509,98 Total para 23 profissionais: 57.729,54

9. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa de valor dos insumos foi apresentada com a estimativa de quantidades.

Em relação às pessoas, considerando que a contratação será por produtos, a estimativa de horas trabalhadas em cada produto em relação ao valor de salário de cada profissional e o valor de insumos, segue abaixo:

Resumo do orçamento referencial - Anual				
Código	Descrição	Qtde de produtos	Anual	
			R\$ mensal	Anual
A	ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DOS PROJETOS DE CONCESSÃO E PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS	4	215.045,83	2.580.549,92
B	AJUSTES DE DOCUMENTOS APÓS AUDIÊNCIA PÚBLICA DOS PROJETOS DE CONCESSÃO E PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS	10	200.964,09	2.411.569,11
C	AJUSTES DE DOCUMENTOS DURANTE E APÓS ANÁLISE PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO DOS PROJETOS DE CONCESSÃO E PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS	5	117.058,26	1.404.699,10
D	ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA PARA GESTÃO DE PROJETOS DE CONCESSÃO E PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS	15	8.669,98	104.039,72
Total:		34		6.500.857,84

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto foi delimitado em lote único uma vez que os trabalhos desenvolvidos são interdependentes e interdisciplinares. Por outra perspectiva, a contratação em lote único centraliza, sincroniza, aprimora e otimiza as estruturas administrativas e gerenciais da equipe, convertendo-se em eficiência administrativa, operacional e econômica da contratação.

Os serviços a serem prestados pela futura contratada referem-se aos projetos como um todo e serão utilizados pelas várias gerências da Sucon. Esse compartilhamento permitirá a superintendência ter condições de aproveitar ao máximo toda a informação produzida.

Além disso, a contratação em lote único centraliza, sincroniza, aprimora e otimiza as estruturas administrativas e gerenciais da equipe, convertendo-se em eficiência administrativa, operacional e econômica da contratação, justificando-se a opção de não parcelamento do objeto, ou seja, da contratação em lote único.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há outras contratações na Sucon em andamento. Já as contratações no âmbito da Sufer e da Surod estão focadas em acompanhamento contratual e fiscalização, enquanto a análise de estudos para novas outorgas da Sucon envolve relatórios e conhecimentos que não estão abrangidos pelos contratos daquelas superintendências. Desta forma, não se constatando sobreposição, correlação, interdependência ou conflito entre os objetos.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação refere-se ao Plano Anual de Contratações referente ao exercício de 2020, nos termos da Deliberação nº 1.089, de 19 de dezembro de 2019, item 39 do ANEXO I - PAC 2020.

Anteriormente à fase em que se modulou o Planejamento da Contratação, foi elaborado o Documento de Formalização da Demanda, que indicou as características iniciais da necessidade da SUCON.

Para o norteamento da contratação foi elaborado o Termo de Referência, no qual constam as especificações, o regime de execução, critérios de aceitabilidade, medições, critérios de produtividade, dentre outras informações necessárias para a formulação da proposta.

Também são apresentados outros instrumentos tais como mapa de riscos, planilha orçamentária e modelos de formulários necessários para a padronização das ações de controle da contratação. Todos estão juntados ao processo em epígrafe.

13. Resultados Pretendidos

Com a contratação, a Sucon pretende entregar cada um dos quatro produtos, de maneira a efetivar, em prazo razoável, a celebração de contratos e termos aditivos de ferrovias e rodovias no âmbito do Governo Federal, conforme cronograma da carteira de projetos do Ministério da Infraestrutura.

Por isso, o resultado pretendido é entregar os produtos:

ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DOS PROJETOS DE CONCESSÃO E PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS, referente aos projetos:

1. BR-040/495/MG/RJ (Concer) – Março/2021
2. Rodovias Contratação BNDES (5.300 km) – Abril/2021
3. BR-040/DF/GO/MG – Maio/2021
4. BR-135/316/MA – Junho/2021

AJUSTES DE DOCUMENTOS APÓS AUDIÊNCIA PÚBLICA DOS PROJETOS DE CONCESSÃO E PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS, referente aos projetos:

5. Rodovias Integradas do Paraná – Abril/2021
6. BR 116/493/RJ/MG (CRT) – Abril/2021
7. BR-470/282/153/SC – Setembro/2021
8. BR-040/495/MG/RJ (Concer) – Junho/2021
9. Rodovias Contratação BNDES (5.300 km) – Julho/2021
10. BR-040/DF/GO/MG – Novembro/2021
11. BR-158/155/MT/PA – Novembro/2021
12. BR-135/316/MA – Novembro/2021
13. Prorrogação Antecipada FCA – Maio/2021
14. Prorrogação Antecipada MRS – Março/2021

AJUSTES DE DOCUMENTOS APÓS ANÁLISE PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO DOS PROJETOS DE CONCESSÃO E PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS, referente aos projetos:

15. BR-381/262/MG/ES – Previsão Junho/2021
16. BR-116/101/SP/RJ (Dutra) – Previsão Julho/2021
17. Rodovias Integradas do Paraná – Previsão Novembro/2021
18. BR-116/493/RJ/MG (CRT) – Previsão Novembro/2021
19. EF-170 (Ferrogrão) – Previsão Agosto/2021

ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA PARA GESTÃO DE PROJETOS DE CONCESSÃO E PRORROGAÇÕES ANTECIPADAS, referente aos projetos:

20. Acompanhar e atualizar metas do Plano de Gestão Anual e Plano Estratégico – Janeiro a Dezembro/2021
21. BR-381/262/MG/ES – Março/2021
22. BR-116/101/SP/RJ (Dutra) – Março/2021
23. Rodovias Integradas do Paraná – Março/2021

24. BR-116/493/RJ/MG (CRT) – Março/2021
25. EF-334 (FIOL) – Março/2021
26. EF-170 (Ferrogrão) – Março/2021
27. BR-470/282/153/SC – Março/2021
28. BR-040/495/MG/RJ (Concer) – Março/2021
29. Rodovias Contratação BNDES (5.300 km) – Março/2021
30. BR-040/DF/GO/MG – Março/2021
31. BR-158/155/MT/PA – Março/2021
32. BR-135/316/MA – Março/2021
33. Prorrogação Antecipada FCA – Março/2021
34. Prorrogação Antecipada MRS – Março/2021

14. Providências a serem Adotadas

Tendo em vista a urgência em efetivar a contratação ainda no exercício de 2020, não se vislumbra a realização de treinamentos de equipes.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Não há.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação segue os ditames da IN 5/2017.

17. Responsáveis

CYNTHIA RUAS VIEIRA BRAYER
Coordenadora de Apoio da Sucon

ANEXO II

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ANEXO III

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

ANEXO III

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

I. DA DEFINIÇÃO

1. Este documento apresenta os critérios de medição de resultado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
2. A Fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, podendo haver, conforme o caso, o consequente redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos e nas avaliações apresentadas pelos setores da área demandante, sempre que a CONTRATADA:
 - 2.1. Não produzir os resultados com os níveis de conformidade exigidos neste instrumento;
 - 2.2. Não apresentar de maneira satisfatória e com alta qualidade os indicadores apresentados.
3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
4. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração. Deverá ainda intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
5. O fiscal técnico do Contrato deverá apresentar, ao preposto da CONTRATADA, relatório sintético de avaliação da qualidade do serviço.
 - 5.1. A frequência de apresentação do relatório acompanhará o cronograma físico-financeiro do contrato;

- 5.2. Sempre que desejar, a CONTRATADA poderá solicitar os relatórios pormenorizados com o detalhamento das informações consideradas.
6. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
7. Na hipótese de comportamento reiterado de desconformidade na prestação do serviço em relação à qualidade exigida, pondo em risco a execução do Contrato, deverão ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
8. É vedada a atribuição à CONTRATADA da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços de que tratam este instrumento.
9. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação em periodicidade distinta daquela inicialmente prevista, com a devida justificativa, quando entender ser necessário para o melhor controle da qualidade do objeto contratado.
10. Aspectos operacionais da metodologia assim como a definição do rol e critérios de seleção das amostras serão estabelecidas pela Fiscalização do Contrato.
11. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do Contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos neste anexo.

II. DAS REGRAS GERAIS

12. Os indicadores propostos para o IMR implicam variáveis que estão sob controle da Administração e permitem a mensuração do nível de qualidade dos serviços prestados.

13. A Fiscalização do Contrato acompanhará o desempenho da CONTRATADA com base nos indicadores propostos e utilizará dos mecanismos descritos no presente Instrumento para realizar a análise de sua adequabilidade.
14. O resultado das avaliações dos Indicadores comporá as análises circunstanciadas de recebimento dos serviços prestados que serão entregues em tempo hábil, conforme Contrato, ao preposto da CONTRATADA, para que a esta possa emitir a fatura mensal dos serviços executados.
15. Os pagamentos por parte da CONTRATANTE serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecido.

III. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

16. Para a medição dos resultados apresentados foram considerados como critérios de qualidade:
- 16.1. O nível de conformidade com relação ao atendimento dos prazos definidos para realização das atividades.
 - 16.2. O nível de qualidade dos serviços prestados; e
17. Cada conduta tipificada em cada um dos indicadores corresponderá ao desconto direto conforme disposto neste IMR.
18. O desconto total será as somas dos descontos provenientes de cada um dos indicadores.
19. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo de descontos por problemas de qualidade.
- contrato.

INDICADOR 2 - TEMPESTIVIDADE	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Medir o nível de conformidade com relação ao atendimento dos prazos definidos para realização das atividades.
Meta a cumprir	Todas as atividades que tenham prazos definidos devem ser concluídas dentro do prazo estipulado.
Instrumento de medição	Relatório de apontamento elaborado pela fiscalização do contrato.
Forma de acompanhamento	Os setores demandantes devem apontar, para uma amostra selecionada, as atividades que não foram concluídas dentro do prazo e em seguida, informar à fiscalização. De posse de tal número, a fiscalização efetuará o cálculo e computará o resultado gerado para fins de solicitação de ajuste de pagamento à Contratada na fatura do mês seguinte àquele no qual foram realizadas as atividades consideradas, e fará o respectivo registro no processo de acompanhamento da execução contratual.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Com base na amostra selecionada pela fiscalização, divide-se a quantidade de itens concluídos com atraso pela quantidade total de itens avaliados. Por fim, multiplica-se o resultado por 100.
Início de Vigência	30 dias após o início das atividades.
Faixas de ajuste no pagamento	de 100% a 98,01% - sem desconto de 96,01% a 98% - desconto de 0,5% de 94,01% a 96% - desconto de 1,0% de 92,01% a 94% - desconto de 1,5% de 90,01% a 92% - desconto de 2,0%
Sanções	Conforme contrato

INDICADOR 3 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Monitorar a qualidade dos serviços prestados
Meta a cumprir	Todos os serviços prestados devem apresentar nível de qualidade adequado aos padrões das áreas demandantes.
Instrumento de medição	Relatório de apontamento elaborado pela fiscalização do contrato.
Forma de acompanhamento	Os setores demandantes devem apontar, para uma amostra selecionada, as quantidades que devem ser aplicadas na fórmula definida no IMR e informar à fiscalização. De posse de tal número, a fiscalização efetuará o cálculo e computará o resultado gerado para fins de solicitação de ajuste de pagamento à Contratada na fatura do mês seguinte àquele no qual foram realizadas as atividades consideradas, e fará o respectivo registro no processo de acompanhamento da execução contratual.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Com base na amostra selecionada pela fiscalização, divide-se a quantidade de itens inconformes pela quantidade total de itens avaliados. Por fim, multiplica-se o resultado por 100.
Início de Vigência	30 dias após o início das atividades.
Faixas de ajuste no pagamento	de 100% a 98,01% - sem desconto de 96,01% a 98% - desconto de 0,5% de 94,01% a 96% - desconto de 1% de 92,01% a 94% - desconto de 1,5% de 90,01% a 92% - desconto de 2%
Sanções	Conforme contrato

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS - CONTRATO XXX

INDICADOR 1 - TEMPESTIVIDADE

Data do Relatório:

Mês de avaliação:

Responsável pela Avaliação:

Descrição das atividades da Amostra:

Relato consubstanciado das inconformidades encontradas:

Total de itens da amostra:

Total de itens inconformes:

Fórmula de cálculo:

Resultado:

Desconto:

Faixas de ajuste do pagamento

- de 100% a 98,01% - sem desconto
- de 96,01% a 98% - desconto de 0,5%
- de 94,01% a 96% - desconto de 1,0%
- de 92,01% a 94% - desconto de 1,5%
- de 90,01% a 92% - desconto de 2,0%

Responsável pela Avaliação
(Assinatura)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS - CONTRATO **XXX**

INDICADOR 2 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Data do Relatório:	
Mês de avaliação:	
Responsável pela Avaliação:	

Descrição das atividades da Amostra:

Relato consubstanciado das inconformidades encontradas:

Total de itens da amostra:	
Total de itens inconformes:	
Fórmula de cálculo:	
Resultado:	
Desconto:	

Faixas de ajuste do pagamento

- de 100% a 98,01% - sem desconto
- de 96,01% a 98% - desconto de 0,5%
- de 94,01% a 96% - desconto de 1,0%
- de 92,01% a 94% - desconto de 1,5%
- de 90,01% a 92% - desconto de 2,0%

Responsável pela Avaliação
(Assinatura)

IV. AJUSTE DE PAGAMENTO

20. Os percentuais de desconto devem ser totalizados para o mês de referência conforme os métodos apresentados nas tabelas acima.
21. A soma dos percentuais de desconto referentes a cada um dos indicadores apresentados representará o valor total a ser descontado.
22. A qualidade do serviço será objeto de acompanhamento desde o início de vigência do contrato, contudo, no que tange aos descontos previstos no parágrafo anterior, estes apenas serão aplicados a partir do 4º mês de execução contratual, tendo por base a avaliação do 3º mês executado.
23. O prazo previsto no parágrafo anterior será concedido para que a contratada faça as adaptações que julgar necessárias para o melhor atendimento dos indicadores e metas previstos neste IMR.
24. Os indicadores propostos neste IMR poderão ser objeto de ajuste, desde que previamente acordado entre o contratante e a contratada.